

ADOLESCÊNCIA, SUICÍDIO E DESAMPARO: RESGATANDO LAÇOS, PALAVRAS E AFETOS NO TERRITÓRIO ESCOLAR

LUCIANA GAGEIRO COUTINHO

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

CECÍLIA SOUZA RIOS

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Valendo-se da interface entre a saúde mental, a psicanálise e a geografia, permeada pela noção de território, o artigo busca abordar o sofrimento psíquico de adolescentes, que vem sendo documentado através de recorrentes atos autolesivos ou mesmo do suicídio. Em meio a uma conjuntura, marcada pela exclusão e pelo silêncio na sociedade brasileira, discute a intensificação da experiência de desamparo na adolescência e destaca a importância de dispositivos de escuta na escola. Apresenta uma pesquisa-intervenção, de base psicanalítica, na qual foram realizadas oficinas através de produções gráficas e narrativas, com duas turmas de ensino médio em uma escola estadual em Niterói. Considera os diversos impasses nas relações sociais apresentados pelos estudantes como um problema clínico-político no qual a escola está implicada.

PALAVRAS-CHAVES: Adolescência; Desamparo; Escola; Território.

INTRODUÇÃO

A atuação de professores e profissionais da saúde em instituições comprometidas com o atendimento de adolescentes tem convocado a não permanecerem omissos diante da profunda infelicidade que muitos jovens expressam de diversas formas e que em seus corpos têm se inscrito brutalmente. As autolesões e tentativas de suicídio deixam de ser casos extraordinários, para se tornarem legítimos reflexos de uma sociedade que, aparentemente, se mostra alheia aos reveses de sua juventude.

O trabalho como professora de geografia em turmas de ensino fundamental II da rede pública do Rio de Janeiro materializou a abrangência e a gravidade do fenômeno e foi o mote sobre a relevância que o tema possuía para a construção de reflexões e propostas para a promoção de saúde mental na escola. A percepção de que entre os alunos a situação transcorria frequentemente e de forma disseminada, levou a professora a uma pesquisa de mestrado na área da Psicologia a fim de melhor compreender e trabalhar sobre tal questão. A partir disso, tinha como intenção poder reunir elementos para intervir na trajetória de jovens que se encaminham aos atos autodestrutivos, quando promovem autolesões, ou quando definitivamente lançam mão do suicídio que pode culminar na interrupção do que são e de tudo que ainda podem ser.

Frente aos altos índices de suicídio na adolescência, e ao necessário posicionamento da escola e dos educadores no tratamento dessa questão, a pesquisa teve por intuito ofertar sua contribuição analisando de que maneira as adversidades articuladas aos contextos sociais e educativos contemporâneos afetam a saúde mental dos adolescentes. Buscou também pensar e experimentar estratégias que podem ser acionadas dentro da escola em prol do fortalecimento do desejo de viver e da potência discursiva desses sujeitos para além da esfera familiar. Construída na interface entre a educação, a geografia e a psicanálise, a pesquisa, cuja metodologia conjugou a pesquisa teórica a uma experiência de pesquisa-intervenção com estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública em Niterói, examinou a dimensão sociopolítica do sofrimento adolescente manifesto nas escolas. A partir disso, discutiu as possíveis estratégias de enfrentamento a essa questão, tomando a escola como espaço potencial na construção de uma política de promoção de saúde mental para a juventude.

Desta forma, o presente artigo, desenvolvido a partir da pesquisa, visa analisar como o meio social no qual se inserem os adolescentes, participa do sofrimento psíquico que experimentam e que pode resultar em uma inclinação a atos autodestrutivos, observados especialmente no âmbito escolar, bem como investigar possíveis estratégias de intervenção frente a essa situação na escola. Partiremos de um breve mapeamento dos índices de suicídio na juventude brasileira e seus possíveis marcadores sociais, para compreender o que tais comportamentos revelam sobre os laços sociais dos adolescentes e sobre o papel que a escola e o território vêm desempenhando na vida deles. Em seguida, discutiremos como a vulnerabilidade social articulada aos possíveis entraves presentes nos laços sociais e nos cotidianos escolares afeta o processo de elaboração psíquica pelo qual o adolescente está a passar e sua relação com os atos autodestrutivos. Finalmente, apresentaremos a concepção e a realização de dispositivos de escuta no coletivo com adolescentes na escola, examinando as possibilidades de fortalecimento da potência discursiva dos adolescentes, favorecida pelos dispositivos utilizados, projetando-os como meios de fortalecimento de laços horizontais e laços com a escola.

ADOLESCÊNCIA E TERRITÓRIO: UM DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO, A GEOGRAFIA E A SAÚDE MENTAL

No campo da saúde, se sobressaem debates teórico-metodológicos que condizem com a imprescindibilidade de um conceito de saúde capaz de identificar que tantos processos de produção das doenças quanto os de (re)produção de questões e conflitos da própria sociedade, delineiam-se mutuamente (Honorato, 2020). Segundo autores como Monken e Barcellos (2005) além de Faria e Bertolozzi (2009), tais debates baseiam-se no conceito de território, provindo da abrangência das discussões e trabalhos do geógrafo Milton Santos, que transbordaram o âmbito disciplinar da Geografia.

Faria e Bertolozzi (2009) sublinham que novas abordagens dessa categoria que vêm sendo difundidas nas últimas décadas, especificamente a partir da obra de Milton Santos, desvencilham-se da tradicional visão política do conceito de território. Compreendido como área de atuação do Estado até data não remota, o entendimento

de tal conceito só abarcava as instâncias do poder público federal, estadual e municipal. Porém, concebendo-se o território como apropriação social (política, econômica e cultural) do espaço, oferta-se um salto qualitativo, tanto no que condiz às escalas quanto às funções que cada recorte territorial aceita. É sob essa concepção que o território angaria dinamicidade, modificando-se a partir do jogo conflituoso (de poder) característico das relações sociais.

o território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 96).

O conceito de território tem sido de grande valia para a área da saúde, quando se pensa nos atendimentos em rede e articulados à comunidade. Segundo Freire e Yasui (2014), estabelecer um serviço que se implemente aos moldes da lógica do território é achar e ativar os recursos locais presentes, assentando alianças com grupos e movimentos de arte ou com cooperativas de trabalho, visando às ações de afirmação das singularidades e de participação social sejam reforçadas. Para isso, é necessário engendrar uma efetiva permeabilidade entre o serviço e os recursos do seu entorno.

Conectar-se à potencialidade do território é tornar-se sensível e próximo aos modos de organização, de articulação, de resistência e de sobrevivência que os indivíduos pertencentes a tais espaços fazem uso, criam em seu cotidiano. Com a noção de território, Milton Santos (2000) ressalta nas pessoas e nas comunidades uma flexibilidade, uma adaptabilidade e um pragmatismo existencial que se traduz na veracidade e riqueza do cotidiano, devendo os movimentos sociais reproduzirem essas capacidades.

O processo acima retratado diz respeito também daquele por meio do qual uma sociedade e um território estão sempre envoltos na tarefa de se achar um sentido, e por isso estão inclinados a uma vida reflexiva. Nessa condição, o território não se limita a ser o lugar de uma ação pragmática e seu funcionamento também abrangerá um subsídio de vida, uma porção de emoção que viabiliza os sentidos e a simbolização. Assim, para Santos (2000), o território se transforma em algo que vai além de um mero recurso, constituindo-se em abrigo.

Nesse sentido, a escola situa-se como um território fundamental na adolescência, onde os alunos têm a possibilidade de experimentar uma gama de experiências sociais e culturais, sendo um lugar de encontros com os semelhantes e com a ordem simbólica. Ao metamorfosear-se num mundo que transcende a família, a escola funciona como um efetivo instrumento de transmissão cultural, bem como uma espécie de celeiro para as vivências afetivas dos adolescentes, dentre as quais amizades, amores, inimizades e parcerias ganham relevo.

Milton Santos (2000) afirma que a tarefa de ir ao encontro do território significa não deixar passar despercebido os modos de organização, articulação, de resistência e sobrevivência que os indivíduos que se encontram neste território vão engendrando em seu cotidiano. Assim, na busca pela reconstrução de novas formas de pertencimento e enlajamento social, os adolescentes desafiam e reinventam seus territórios e a ordem

estabelecida nos espaços de fluxos a partir dos comandos vindos dos atores hegemônicos e da obediência alienada dos atores hegemonzados, através de encontros e desencontros e da realização do debate e dos acordos, procurando-se de forma clara ou implícita a readequação às novas formas de existência.

Entretanto, uma vez que muitos conflitos e impasses vivenciados por adolescentes apresentarem-se mais expressivamente no espaço escolar, professores e outros profissionais da educação tendem a classificar como patológicos determinados fenômenos que observam nos alunos. Devido à especificidade da adolescência, grande pode ser o sofrimento sentido pelo adolescente diante das transformações abarcadas por tal momento de perda das referências simbólicas da infância e do necessário trabalho de encontrar novos laços de ancoragem subjetiva na cultura (Coutinho et al, 2020). Ainda que a tendência à medicalização favoreça a leitura diagnóstica genérica e frequente diante das questões da adolescência, o adolescente pode, de fato, sofrer e adoecer ao conflagnar-se em ambientes pouco acolhedores. Estados de angústia, violência e atitudes nocivas constituem-se em múltiplas expressões dessas psicopatologias, que também se farão notar nos comportamentos autodestrutivos, como a ideiação suicida e a tentativa de suicídio.

Valendo-se de dados de óbitos por suicídio oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e de notificações de violências autoprovocadas protocoladas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), produziu-se um estudo descritivo que aponta entre 2010 e 2019, 112.230 óbitos por suicídio. Tal número, registra um acréscimo de 43 % na quantidade anual de falecimentos, deslocando-se de 9.454 em 2010, para 13.523 em 2019. Analisando-se as taxas de mortalidade condizentes ao período, detectou-se o crescimento do risco de morte por suicídio em todas as regiões brasileiras, com concessão de destaque às Regiões Sul e Centro-Oeste, nas situam-se as maiores taxas de suicídio. No entanto, adquire relevo um importante crescimento nas taxas de mortalidade entre adolescentes, com uma elevação de 81 % no período, ultrapassando 606 óbitos e uma taxa de 3,5 suicídios por 100 mil habitantes e uma taxa de 6,4 mortes para cada 100 mil adolescentes. Ressalta-se também um aumento significativo de óbitos devido ao suicídio em menores de 14 anos. Nos anos de 2010 a 2013 coube a tal faixa etária um incremento de mortes ocasionadas por suicídio de 113 %, indo de 104 mortes e uma taxa de 0,3 por 100 mil, para 191 mortes e uma taxa de 0,7 por 100 mil habitantes.

Podemos notar, entretanto, que prevalecem as estratégias de abordagem individual do problema, que não levam em conta a dimensão territorial do sofrimento, e muitas vezes encontram-se desarticuladas no que diz respeito aos diversos setores que oferecem assistência ao público juvenil, dentre eles a escola. De modo semelhante, a questão dos marcadores sociais como determinantes dos índices de autolesão e suicídios, não é suficientemente levada em conta na construção de estratégias de enfrentamento à situação de segregação e vulnerabilidade social que evidentemente está na base do incremento do sofrimento psíquico de certos grupos sociais.

ADOLESCÊNCIA, DESAMPARO E TERRITÓRIO ESCOLAR: O QUE SE DESCORTINA SOBRE O EXERCÍCIO DO VIVER E DO NÃO-VIVER?

Apresentando-se como um momento de intenso trabalho psíquico, a adolescência se manifesta pelo distanciamento que o adolescente experimenta em relação a sua família nuclear para experimentar a interação com laços sociais mais abrangentes. A partir de uma leitura freudiana, é possível pensar, que a adolescência se constitui numa das atividades psíquicas mais relevantes e “delicadas” demandada pela puberdade, que inclui o declínio da autoridade dos pais (Freud, [1905] 1996:213). Em harmonia com essas contribuições iniciais de Freud, Alberti (2004) salienta também o quanto o trabalho subjetivo requerido do adolescente para sua travessia se dá de forma marcante e complexa ao contar com o atravessamento das transformações biológicas e dos embaraços oriundos do defrontar-se com a própria alteridade e com o real do sexo. Dessa maneira, na adolescência, diferentemente do que ocorria na infância, não se conta mais com os asseguramentos ofertados pelos pais, e sim com a perda desses, pois ao adolescente é direcionado um trabalho de elaboração das escolhas e da falta no Outro. Os adolescentes recusam ocupar uma posição de objeto alienado ao desejo dos pais, e buscam desligar-se desse Outro primordial idealizado.

Tal como concebe Freud, o desamparo é uma condição intrínseca ao sujeito humano, tal como já se desenha no texto *Projeto para uma psicologia científica* ([1895]1996). A insuficiência e dependência de outrem ao nascer constituem-se em característica humana, estando a sobrevivência do bebê e a constituição de sua subjetividade atadas à existência de um cuidador.

Entretanto, o sentimento do desamparo experimentado pelo sujeito não sucumbe em função do atendimento às primeiras necessidades do recém-nascido, proporcionado pelo ambiente. Ao longo da vida, o sujeito voltará a experimentar esse sentimento de angústia quando se perceber envolto por circunstâncias em que o medo engatado à sensação de perigo, promoverá um incremento da excitação pulsional que inviabilizará potencialmente sua capacidade de elaboração. A adolescência coincide com um desses momentos, quando a perda das figuras de referência da infância produz desamparo e exige um grande trabalho psíquico para elaborar uma série de mudanças físicas e subjetivas (Carneiro; Coutinho, 2020).. Frente a isso, um trabalho de luto para passar a ser operado objetivando-se fazer com que a reelaboração dos ideais na adolescência tenha significado.

Assim a elaboração da adolescência implica inevitavelmente em uma quota de desamparo. Entretanto, quando essa elaboração é permeada por conjunturas de vulnerabilidade social, um aumento do desamparo experimentado pela condição adolescente pode ser desencadeado. Diante das condições de vulnerabilização social e do enfraquecimento de laços simbólicos ao território, a angústia e a impossibilidade de elaboração psíquica das novas exigências pulsionais para as transições necessárias comparece muitas vezes no registro das autolesões e tentativas de suicídio como um transbordamento de si que remete à desesperança no futuro e à dificuldade em validar potencialidades próprias.

Considerando o caso dos jovens desprovidos social e economicamente é importante atentar-se que sobre suas subjetividades duas dimensões de vulnerabilidade recaem, a psíquica e a social, o que resulta em um duplo desamparo. O primeiro, próprio

da condição adolescente em que a dimensão da perda de referências da infância se faz notória, e outro, específico da condição de vulnerabilidade a qual estão submetidos. Trata-se de uma juventude que além de enfrentar as exigências psíquicas próprias ao trabalho da adolescência, experiencia todas as vicissitudes relativas ao desamparo do Estado, que lhes nega o básico a que têm direito, como educação, saúde, moradia e possibilidade de ir e vir e convive cotidianamente com a violência peculiar às comunidades que habitam.

A partir da psicanálise, pode-se pensar que, o processo de desfiliação social em que se encontram muitas e muitos jovens, pode ter como efeito uma condição de desamparo discursivo (Rosa, 2012), uma vez que muitos desses sujeitos adolescentes são alijados de um lugar de fala, sendo silenciados. Segundo Rosa (2012), essa condição é decorrente da perda de laços identificatórios com os semelhantes que garantam um sentido de pertença para os grupos socialmente excluídos. Esse processo traduz-se na consequência da condição de invisibilidade e do silenciamento que subjuga tais indivíduos sob a égide dos discursos hegemônicos da sociedade, que os objetivizam e os enquadram em lugares sociais marginalizados, usurpando-lhes a condição de sujeitos. Nesse sentido, além da condição de desfiliação social, não tendo como suporte a solidariedade, muitas vezes não reconhecem as opressões que sofrem e seu poder de falaficando sem voz e à margem da política.

A condição de desamparo estrutural que se reedita na adolescência, atrelada à iminência de perda de laços sociais e simbólicos que permitam a construção de novos circuitos para as pulsões de vida (Coutinho et al.; 2020), resulta na presença frequente da seguinte questão: vale a pena viver? Freud ao participar em 1910 de um Colóquio na Sociedade Psicanalítica de Viena sobre o Suicídio, trouxe pela primeira vez o tema à reflexão da psicanálise. Casos recorrentes de suicídios entre alunos de escolas secundárias fizeram Freud, naquela ocasião, supor uma “libido desiludida” nesses casos, ressaltando uma relação entre certas condições sociais, o desamparo e o suicídio,

No que concerne à interferência da escola sobre o “desejo de viver”, Freud veementemente assinala que a escola secundária, por lidar com alunos adolescentes, não pode mostrar-se alheia à tal situação, devendo, ao contrário, conceder-lhe a devida atenção

Se é o caso que o suicídio de jovens ocorre não só entre alunos de escolas secundárias, mas também entre aprendizes e outros, este fato não absolve as escolas secundárias; isto deve talvez ser interpretado como significando que no, concernente aos seus alunos, a escola secundária toma o lugar dos traumas com que outros adolescentes se defrontam em outras condições de vida. Mas uma escola secundária deve conseguir mais do que não impelir seus alunos ao suicídio. Ela deve lhes dar o desejo de viver e devia oferecer-lhes apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família. Parece-me indiscutível que as escolas falham nisso, e a muitos respeitos deixam de cumprir seu dever de proporcionar um substituto para a família e de despertar o interesse pela vida do mundo exterior (...). A escola

COUTINHO, L. G., RIOS, C. S.

nunca deve esquecer que ela tem de lidar com indivíduos imaturos a quem não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estágios de desenvolvimento e mesmo em alguns um pouco desagradáveis. A escola não pode adjudicar-se o caráter de vida: ela não deve pretender ser mais do que uma maneira de vida (FREUD, 1910/1996, p.245).

Atualizando as observações freudianas a respeito da função psíquica ocupada pela escola na adolescência, é importante destacar o protagonismo da escola durante a adolescência no que tange ao processo de extenuação dos ideais parentais em prol do desenvolvimento de novos referenciais. Funcionando como mito, momento de passagem ou trabalho de luto, a adolescência inevitavelmente coloca em questão a problemática do laço social, uma vez que mostra a ponte responsável pela identificação dos primeiros referenciais com aqueles partilhados na cultura.

Diante disso, adianta-se aqui, como recurso ao enfrentamento do desamparo discursivo em que se encontram muitos e muitas adolescentes que vivem em territórios vulnerabilizados, e que desponta como um problema clínico-político, a possibilidade de implementar no interior das escolas dispositivos de escuta analítica no coletivo, como já tem sido feito por alguns autores (Coutinho et al, 2020; Rocha; Lima, 2021; Primo, Rosa; Carmo-Huerta, entre outros) constituindo-se em uma iniciativa seguramente válida a ser explorada no artigo. Nesses espaços consubstanciam-se estratégias de resistência mediante o esgarçamento dos laços sociais empreendido pela lógica individualizante e excludente da sociedade vigente. Asseveram tais autores, que nos ambientes onde a vulnerabilidade social ganha relevo, essas iniciativas legitimam-se em satisfatórios instrumentos clínicopolíticos (Rosa, 2012), tomando-se a coletividade como grande potência para o fortalecimento e preservação dos laços sociais no seio de populações fortemente segregadas.

ESQUADRINHANDO UM TERRITÓRIO ATRAVÉS DA ARTE: A OFICINA PINCELANDO SENTIMENTOS

Em conformidade com o referencial teórico acima exposto, que toma o território e os laços sociais e simbólicos como constitutivos da adolescência, a metodologia adotada para a pesquisa de campo privilegiou uma concepção de que o objeto da pesquisa não está dado, mas se constitui nas relações sociais e está em constante transformação no momento mesmo da pesquisa. Partindo do paradigma da pesquisa-intervenção (Besset; Castro, 2004), concebida como uma prática de pesquisa na qual os sujeitos e o campo a ser pesquisado incluem a presença dos pesquisadores e seus efeitos, foi construída a proposta de realização de uma oficina de expressão gráfica e narrativa com adolescentes no ambiente escolar. A perspectiva foi pesquisar com os sujeitos e não sobre eles, de modo que o saber construído no momento da pesquisa também tem um efeito que retorna sobre o campo. O dispositivo de escuta utilizado para a pesquisa em questão, que também se pautou na ética psicanalítica da palavra (Carneiro; Coutinho, 2013) como modo de tratamento do desamparo, foi uma oficina de sensibilização e expressão artística, realizada numa escola da rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro, situada no município de Niterói.

A oficina foi realizada com duas turmas do 2º e 3º anos do ensino médio que compareceram assiduamente, totalizando um conjunto de 25 alunos. Foi composta por quatro encontros com duração de cerca de uma hora e meia a cada vez¹. Em relação ao tempo de ocorrência, os quatro encontros foram realizados em cerca de um mês, com intervalo de uma semana entre cada uma. Na primeira oficina falamos sobre “os pesos”, “os medos” e “a força” que cada educando identificava em si, valendo-se da análise de três telas pertencentes à obra de Tarsila do Amaral. Na segunda e terceira oficinas debruçamo-nos sobre a biografia de Vincent van Gogh, tendo por meta que os educandos realizassem trabalhos em grupos que iriam ser comentados e apresentados também em rodas de conversa. Nesse momento o intuito era a análise dos possíveis motivos que levam indivíduos a cometerem suicídios e/ou ato autolesivos. E na quarta oficina, a partir da tela *A Persistência da Memória* (1931) de Salvador Dalí, os alunos tiveram a oportunidade de desenhar seus sonhos e expô-los entre si.

Apesar da escola eleita para a pesquisa ser também o campo de atuação profissional da então mestranda, não havia contato prévio da mesma com as turmas e foi garantido aos alunos o sigilo das informações ali compartilhadas bem como a participação voluntária da atividade de pesquisa apresentada a eles através da adesão ao termo de consentimento livre e esclarecido e/ou assentimento, no caso de estudantes menores de idade. A eleição das turmas se deu de modo aleatório, em função de disponibilidade de horários e dos professores responsáveis por eles.

O registro escrito das oficinas também tomou como base a ideia da não neutralidade do pesquisador no campo, tomando de empréstimo a produção de Broide e Broide (2016) em suas intervenções psicanalíticas em situações sociais críticas através da utilização de relatórios sob a forma de crônicas. Com isso, buscou-se uma forma de registro que fosse favorável à apreensão da situação de pesquisa com a inclusão das experiências dos sujeitos nela envolvidos, incluindo-se o/a pesquisador(a). Coube ao cronista escrever uma narrativa da experiência vivida a partir de suas impressões, afetos e associações teóricas. Como sugerem esses autores, cabe ao cronista, no trabalho psicanalítico com grupos, estabelecer a escuta clínica como subsídio metodológico capaz de enredar a escuta na escrita concedendo destaque à palavra dos participantes a partir das relações estabelecidas no campo.

A oficina teve como objetivo investigar e tratar o mal-estar compartilhado pelos estudantes do Ensino Médio, em um momento em que se deparam com as transformações da adolescência na qual tomam parte as experiências no território no qual se situam, incluindo a escola. A análise do material colhido privilegiou recortar as formas pelas quais as experiências de sofrimento apareciam e eram narradas pelo(a)s adolescentes. Coube escutar o mal-estar sobre questões a respeito dos laços relacionais entre os pares e familiares; sobre as incertezas diante do futuro; enfim, uma série de questões pertinentes às adolescências vividas por eles a partir da forma como as diferentes subjetividades se relacionam com o território em que vivem, verificando ainda se a questão do suicídio e das autolesões esteve ou não presente no discurso dos jovens.

O início da oficina, intitulada *Esquadrinhando um território através da arte: a oficina Pincelando Sentimentos*, deu-se com os estudantes dispostos em roda.

Informamos a eles que estávamos ali para falar sobre nossos sentimentos e que utilizaríamos telas clássicas como ponto de partida para essa conversa.

Nesse momento, foi possível reportar-se novamente às contribuições de Milton Santos (2000), quando o autor nos instrui que encontrar o território é não desprezar os modos de organização, articulação, de resistência e de sobrevivência que os sujeitos que constituem esse território vão arquitetando em seus cotidianos. Ali, reunidos, estávamos indo de encontro a toda mecanicidade que caracteriza o ambiente escolar, onde um tempo cronometrado pormenoriza aulas e atividades nas quais os estudantes na maioria das vezes não se harmonizam, sentindo-se presos e por consequência completamente desiludidos com tal ambiente. Em nossos encontros, em que se dava o dispositivo de escuta no coletivo através da circulação da palavra e da feitura de atividades plásticas, nascia um território que transcendia a função de constituir-se num simples recurso para a aprendizagem, fazendo-se em abrigo para os sujeitos e suas experiências sociais e afetivas. Enredados nessa conjuntura, nos refugiarmos para falar sobre sentimentos, e sobre como esses interferem em nosso viver, pôde, seguramente, se configurar como um novo modo de organização, articulação, resistência e sobrevivência no território escolar.

Em relação às respostas dos alunos ao quadro *Operários*, pintado por Tarsila do Amaral em 1933, foi notado grande desconforto em relação ao futuro profissional de cada um. Esse desconforto era alicerçado no fato de sentirem-se desamparados socialmente, tanto no que tangia a uma escola de qualidade, que poderia instrumentalizá-los a conseguir um emprego, quanto na inexistência de um governo capaz de gerar empregos. Somando-se a essas respostas, estava o compromisso de ter que conciliar trabalho e estudo, e a relação com seus familiares, pessoas para as quais era necessário obter “resultados” e que, muitas vezes não reconheciam os esforços empreendidos pelos jovens para alcançá-los.

Quanto à tela *A cuca*, também realizada pela pintora em 1924, pode-se observar que, dentre os respondentes, as preocupações com o futuro permaneciam juntamente com o receio de frustrar seus familiares, especialmente seus pais, caso não conseguissem passar no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), adquirir um bom emprego, “ser alguém no futuro”. Nessa mesma tônica, sentimentos como medo da rejeição, abandono, medo da morte, de perder quem se ama ou de ficar sozinho apareceram com frequência nas respostas dos estudantes. Entre elas, destacou-se uma narrativa clara sobre a angústia diante do desamparo, expresso no relato de uma aluna que temia ser acometida por um acidente sem ter ninguém para socorrê-la.

Com a exposição da terceira e última tela da Tarsila do Amaral, elaborada no ano de 1929 e intitulada *Floresta*, no rol de respostas à pergunta sobre o que lhes suscitava a pintura, figuram: “vencer minha ansiedade”, “a mudança do presidente”, “Jesus”, “nada”. Por outro lado, os familiares até pessoas não próximas (ou mesmo desconhecidas) foram vistas oferecendo amparo ao reconhecerem o esforço diário que vinha sendo realizado. E ainda, parecendo indicar respectivamente formas de saída e elaboração para o sentimento de desamparo, mencionado anteriormente, surgiam também respostas como “pensar na melhoria da vida financeira” e “chorar, me dá o tempo que eu preciso...”

No que condiz ao trabalho com as telas de Vicent Van Gogh², os alunos logo associaram o artista ao suicídio. A partir disso, foi pedido que formulassem em grupos

uma hipótese que segundo eles explicasse o que levou Van Gogh a se suicidar, cabendo destacar a opinião de uma aluna na roda de conversa:

“O que faz uma pessoa querer se matar é o fato de se sentir sozinha, não ter ninguém para conversar, não conseguir pensar em coisas boas, ir se isolando, isolando, até se matar. Eu tenho crise de ansiedade, começo a pensar em um monte de coisas e não consigo me acalmar, aí tenho falta de ar, meu coração acelera, é horrível. Eu escuto músicas que gosto, eu procuro ler, eu escrevo poemas, até já publiquei coisas que escrevi na internet, mas as vezes eu não consigo fazer isso, professora. Tem dias que eu fico muito nervosa, com muita raiva, não consigo me controlar, eu pego a faca, eu furo minha perna. Eu estou de calça, e minha perna tem as marcas de faca.” (L, 2º ano, relatório-crônica do dia 21/11/2022)

Em uma outra apresentação das produções realizadas por eles, uma representante de um dos grupos enfocou sua fala na falta de reconhecimento que o artista vivenciou, levando-o a não resistir, vivendo numa sociedade que não o acolhia, sendo a sociedade, para o grupo, a responsável pelo suicídio do artista. No quadro de condições responsáveis pelo ato do pintor, também estavam outras citadas pelos participantes das oficinas: dificuldade de aprendizagem na escola, difícil interação com os colegas, baixa autoestima, ambiente familiar difícil, e a sexualidade (de acordo com um grupo, o artista era bissexual). Destacando-se essas condições, percebeu-se um fator comum que diz respeito ao enfraquecimento de laços de pertencimento, que remetem mais uma vez à concepção de território enquanto referência simbólica tal como trabalhado por Santos (2000) que provavelmente ecoa nas experiências vivenciadas por muitos dentre eles no território escolar.

Explicitando também alguns indícios de interpelações mais violentas entre eles e em relação à escola, ganhou relevo no encerramento deste encontro, a seguinte fala de um aluno diretamente a nós no momento de recolher o seu desenho: “E aí professora, gostou da minha arma?” (U, 2º ano, relatório-crônica do dia 21/11/22). Um pouco perplexas, conseguimos sorrir e parabenizá-lo pelo desenho, que retratava com riqueza de detalhes uma arma. Permaneceram, entretanto, algumas questões implícitas: sua fala seria a expressão de um conflito social vivido na escola, entre os mais fortes e aqueles considerados mais frágeis por demonstrarem sofrimento? Estaria o aluno buscando reconhecimento, ainda que pela via da violência ou pela promoção do medo?

Em seu desenho, encontramos uma casa decorada pelas cores do Flamengo. U. diz querer morar sozinho e poder receber a visita de muitas mulheres, fazendo ao lado de sua casa uma rodovia de maneira que essa funcionasse para ele numa rota de fuga caso precisasse. Através desse desenho, pudemos também supor algumas marcas de um território marcado pela busca por afirmação de uma virilidade paralela à experiência de insegurança trazido pelo adolescente

Chegando ao final das oficinas, tivemos nosso último encontro com os alunos, onde observamos os elementos da tela *Persistência da Memória* feita pelo pintor

Salvador Dalí em 1931. Explicamos que a tela tratava de uma obra surrealista na qual o artista buscava retratar o inconsciente que pode ser acionado através de nossos sonhos.

As oficinas contaram com diversas formas de expressão através da fala, desenho e rodas de conversas, atividades que destoavam daquelas que os alunos estão acostumados a desempenhar em seu dia a dia. Pudemos perceber a preponderância de uma atmosfera de bem-estar entre os educandos, pois mesmo registrando sinais de conflitos entre eles em determinados momentos, na maioria do tempo, mostravam-se comprometidos com o que estava ocorrendo sem a sensação de ter que realizar as oficinas por obrigação.

Diante da experiência das oficinas, não podemos deixar de evocar novamente Freud ([1910] 1996) quando implica a escola na afirmação do “desejo de viver” para os adolescentes. Ao revelarem seus “pesos”, “medos”, “força” através da análise das telas da Tarsila do Amaral, ao confabularem as possíveis causas que inclinam as pessoas ao suicídio e às autolesões valendo-se da biografia de Vicent van Gogh, e ao projetarem seus sonhos de vida inspirando-se na obra surrealista de Salvador Dalí, aqueles alunos estavam resgatando e revelando elementos totalmente articulados ao viver, às pulsões de vida que sustentam as relações sociais. Essa possibilidade vai ao encontro daquilo que entendemos como trabalho de elaboração psíquica característico da adolescência, favorecendo, talvez, que sua culminância não resulte na morte, mas sim em vida, em laços, em desejo, em sonhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as condições dessa travessia que é a adolescência, não podemos deixar de salientar que esta abarca inevitavelmente uma condição de desamparo, que pode se acentuar pelas diversas situações de vulnerabilidade social. Nela se convive com perdas e com o tão longo trabalho de luto que não se restringe ao da condição de criança, levando junto os ideais associados às primeiras identificações e as relações sociais construídas no seio familiar.

Especificamente no que tange à educação, testemunha-se a constante falta de estrutura do Estado, que muitas vezes não se articula com as redes de proteção, e se submete ao discurso neoliberal no qual a ideia de um estado mínimo é espriada, prejudicando efetivamente a rede pública. Como não ser acometido por um sentimento de desamparo que é comum à adolescência, mas que vem sendo intensificado pelo pouco acolhimento das diversas instituições presentes no território, destacando-se dentre essas, a escola? Sob essa conjuntura, como pudemos depreender da escuta dos adolescentes na escola realizada na pesquisa-intervenção aqui apresentada, os jovens veem sua esperança no futuro esgarçada, tendo suas vidas marcadas pela incerteza, pela desestabilização e pelas precárias condições de ensino.

Faz-se necessário que crianças e adolescentes tenham acessos a territórios qualificados de pertencimento nas escolas, em que possam ter garantidos seus direitos de fala e de escuta, de modo que o desamparo ou eventos traumatizantes não sejam concebidos como banais ou corriqueiros. De forma similar, se por um lado defendemos a abertura de territórios de legitimação das falas dos educandos, também reivindicamos tal possibilidade para os educadores. Ao ocuparem um lugar de referência para os adolescentes, seria importante também que esses profissionais tivessem uma hora

reservada entre as atividades pedagógicas, para tratar do assunto abarcando suas dificuldades em conviver com o sofrimento psíquico dos alunos, além de outras situações perturbadoras e conflituosas que se dão em sala de aula. O compartilhamento de tal pauta entre os educadores, além de contribuir para um arrefecimento das angústias do professor, permitiria a construção de intervenções futuras para a promoção da vida e da saúde mental na escola que incluam as questões relativas ao território e aos laços sociais que nele se dão.

Artigo recebido em: 28/05/2025

Aprovado para publicação em: 24/11/2025

ADOLESCENCE, SUICIDE AND HELPLESSNESS: RESCUING BONDS, WORDS AND AFFECTION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

ABSTRACT: Drawing on the intersection between mental health, psychoanalysis and geography, with the notion of territory as a guiding element, the article seeks to address the psychological suffering of adolescents, which has been documented through recurrent self-harming acts or even suicide. In a context marked by exclusion and silencing in Brazilian society, it discusses the intensification of the experience of helplessness during adolescence and highlights the importance of listening and support mechanisms within schools. It presents an intervention-research project based on psychoanalytic principles, in which workshops were carried out through graphic and narrative productions with two high school classes in a state school in Niterói. The study considers the various impasses in social relations presented by the students as a clinical-political issue in which the school is directly implicated.

KEYWORDS: Adolescent; Helplessness; School; Territory.

ADOLESCENCIA, SUICIDIO Y DESAMPARO: RESCATANDO VÍNCULOS, PALABRAS Y AFECTOS EN EL AMBIENTE ESCOLAR

RESUMEN: Basándose en la intersección entre la salud mental, el psicoanálisis y la geografía, con la noción de territorio como referencia, el artículo busca abordar el sufrimiento psíquico de los adolescentes, documentado mediante actos autolesivos recurrentes o incluso suicidio. En un contexto marcado por la exclusión y el silenciamiento en la sociedad brasileña, se discute la intensificación de la experiencia de desamparo en la adolescencia y se destaca la importancia de dispositivos de escucha en el ámbito escolar. Se presenta una investigación-intervención de base psicoanalítica en la que se realizaron talleres a partir de producciones gráficas y narrativas con dos clases de educación secundaria en una escuela estatal de Niterói. El estudio considera los diversos impasses en las relaciones sociales presentados por los estudiantes como un problema clínico-político en el que la escuela está directamente implicada.

PALABRAS CLAVE: Adolescente; Desamparo; Escuela; Territorio.

COUTINHO, L. G.; RIOS, C. S.

NOTAS

1-A presente pesquisa está vinculada ao projeto de extensão “Da escola à universidade: escutando o mal-estar”, inscrito na SIGPROJ/ UFF, e ao projeto de pesquisa “Educação para a vida: adolescência, suicídio e vulnerabilidades sociais”, aprovado no comitê de ética da Universidade, sob o número 20131119.6.0000.8160, ambos sob coordenação da professora Luciana Gageiro Coutinho. Por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido, foi solicitado aos alunos o aceite de seus responsáveis em relação à participação deles nas atividades.

2- Não exploraremos as telas do pintor no escopo deste artigo, já que não há espaço suficiente para isso. Optamos por apresentar as associações feitas pelos adolescentes a partir da biografia dele, conhecida pela maioria pela história de seu suicídio.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S. **O adolescente e o Outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BROIDE, J.; BROIDE, E. E. Notas para um trabalho grupal. Em: BROIDE, J.; BROIDE, E. E. (Eds.). **A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2016. p. 51–59.

CARNEIRO, C.; COUTINHO, L. Pesquisa - intervenção, subjetivação e construção de saber. Em: NICOLACI-DA-COSTA, A. M.; ROMÃO-DIAS, D. (Eds.). **Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2013. p. 121–142.

COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, v. 18, n. 181, p. 16–23, 1 mar. 2005.

COUTINHO, L. G. et al. Desamparo e laços sociais na escola: uma oficina com adolescentes da rede pública. **Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)**, v. 42, n. 43, p. 117–136, 2020.

COUTINHO, L. G.; CARNEIRO, C. **Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: interlocuções entre a psicanálise e a educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

FARIA, R. M. DE; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **Revista RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 17, p. 31–41, 2009.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica(1895). Em: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. V. 1, pp. 335-454.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade(1905). Em: **Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. 7., pp. 15-222.

FREUD, S. Breves escritos: contribuições para uma discussão acerca do suicídio (1910). Em: **Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 11, pp. 245–246.

HONORATO, L. T. Territórios em loucura: analisando a normativa jurídica que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em: MOTA, A. A. DA; ROMA, C. M. (Eds.). **Contextos geográficos, saúde mental e violências: das pessoas ao território e do território às pessoas**. Dourados, MS: UFGD, 2020. p. 17–46.

KLAUTAU, P.; MACEDO, M. M. D. R. DE; SINISCALCHI, M. Juventude e Desamparo: relato de uma pesquisa intervenção. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 1, p. e109164, 2021.

LIMA, E. M. F. DE A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 898–906, 2005.

ROSA, M. D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 41–42, p. 29–40, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. [s.l.] Record, 2000.

LUCIANA GAGEIRO COUTINHO: Psicanalista. Membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Professora Associada da Faculdade de Educação - Universidade Federal Fluminense (FEUFF)/ Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordenadora do LAPSE/UFF (Grupo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Laço Social). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5535-5931>

Email: luggageiro@uol.com.br

CECÍLIA SOUZA RIOS: Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do LAPSE/UFF (Grupo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Laço Social). Professora de Geografia da rede municipal de Maricá, e da rede estadual do Rio de Janeiro.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8819-168X>

COUTINHO, L. G.; RIOS, C. S.

Email: cecilia.souza467@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto
(*Open Archives Initiative - OAI*).